

O LUGAR DA TRADUÇÃO INTRALINGUAL NOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA¹

Karen Korning Zethsen²

Aage Hill-Madsen³

Tradução de Gabriel Luciano Ponomarenko

Resumo: A tipologia tripartida da tradução de Roman Jakobson é aceita por diversos estudiosos da tradução como uma definição ampla da tradução e é, com frequência, incluída no início de livros, introduzindo os Estudos da Tradução. Contudo, quando se trata da pesquisa realizada no âmbito dos Estudos da Tradução, o foco é a tradução interlingual, ou a tradução propriamente dita. Alguns estudiosos defendem explicitamente a exclusão das traduções intralingual e intersemiótica da definição de tradução, enquanto outros fornecem argumentos ou discussões de conceitos centrais dos Estudos da Tradução que explicam o *status* marginal das traduções intralingual e intersemiótica. O objetivo deste artigo é revisar tais argumentos e discutir o lugar da tradução intralingual nos Estudos da Tradução. Com base nisso, o artigo sugere uma definição criteriosa de tradução a ser usada para fins científicos no campo dos Estudos da Tradução, uma definição que inclui por completo a tradução intralingual.

Palavras-chave: tradução intralingual; tipologia de tradução; definição popular; definição científica; Estudos da Tradução.

1. Introdução

Seguindo a tipologia tripartida de Roman Jakobson (1959 [2012]), que reconhece a tradução intralingual (INTRA) como uma tradução de mesmo nível das traduções interlingual e intersemiótica, além de Göpferich (2004; 2007), Schmid (2008; 2012) e Korning Zethsen (2007; 2009), adotamos aqui o posicionamento de que os Estudos da Tradução (ET) deveriam, de forma mais ativa, incorporar a INTRA entre seus objetos de estudo. Contudo, a tipologia de Jakobson não só enfrentou diversos tipos de crítica, como propuseram-se várias abordagens à definição de tradução que não se enquadram na tipologia, geralmente em detrimento do *status* de tradução da INTRA. A proposta deste artigo, portanto, é revisar tais críticas, assim como outros argumentos e abordagens definitórias que excluem por completo a INTRA do conceito de tradução e, assim, do campo de objetos dos ET, ou concedem apenas um *status* marginal a ela. Após discutir e revisar esses pontos de vista, defenderemos a inclusão da INTRA em uma versão modificada da definição de tradução de Toury de 1995, fornecendo, assim, uma definição de tradução estipulativa e criteriosa a ser usada para fins

¹ O artigo em língua inglesa, *Intralingual Translation and Its Place within Translation Studies – A Theoretical Discussion*, foi publicado em *Meta – Translators' Journal*, dezembro de 2016.

² Aarhus Universitet, Aarhus, Denmark (kkz@cc.au.dk)

³ Aarhus Universitet, Aarhus, Denmark (ahill@cc.au.dk)

científicos nos ET. O artigo se baseia na motivação e na tentativa de Korning Zethsen (2007) de defender a devida inclusão da INTRA e, considerando Hill-Madsen (2014), amplia a discussão e aprofunda os argumentos teóricos. No entanto, antes que a discussão possa ser iniciada, é necessário definir a INTRA. Precisamos salientar que, uma vez que nosso objetivo principal não é identificar o que *diferencia* a INTRA dos outros tipos de tradução, mas enfatizar as *similaridades* da INTRA com os outros tipos, a definição a seguir é deliberadamente resumida.

Se a tradução interlingual consiste em transcender uma barreira linguística, i.e., entre dois *sistemas* linguísticos diferentes, a INTRA deve ser definida como o cruzamento de uma barreira *interna* de uma língua. Portanto, parece-nos que a INTRA deve – em um primeiro momento, pelo menos – ser identificada como a reescrita entre diferentes *variedades* da mesma língua, e.g. dialetal (social e/ou regional), temporal (i.e. entre variedades diacrônicas) ou funcional (i.e. entre gêneros diferentes). Exemplos disso incluem a legendagem de dialetos geograficamente periféricos na variedade padrão (INTRA dialetal), versões em linguagem moderna da literatura pré-moderna, como Shakespeare ou Chaucer (INTRA diacrônica), e a reescrita de textos especializados para leitores leigos (INTRA intergenérica). Resumir para um novo público-alvo também pertenceria a esta última categoria⁴.

2. Argumentos contra a inclusão completa da INTRA nos ET

Nesta seção, revisaremos quatro argumentos centrais contra a inclusão completa da INTRA nos ET. São eles: o que denominamos argumento institucional, o argumento prototípico, o argumento da equivalência e, por fim, o argumento da interlingualidade.

2.1 O argumento “institucional”

Uma crítica muito incisiva a Jakobson é feita por Hermans (1995), que não contesta a tipologia de Jakobson em si, mas diz que a validade da tipologia depende de qual das duas perspectivas incompatíveis é adotada: a acadêmica ou a institucional. De uma perspectiva acadêmica, a tipologia de Jakobson pode ser bem aceita; mas, se a tradução for vista como instituição, a questão se torna bastante diferente. O *status* “institucional” da tradução é definido por Hermans da seguinte forma: existe

⁴ Para uma tipologia mais elaborada da INTRA, ver Gottlieb (2008, p. 56-58)

uma entidade social chamada “tradução” e um comportamento chamado “traduzir” que, com algumas nuances, reconhecemos estarmos todos familiarizados em nossa própria língua e cultura. O significado de “tradução” está codificado em dicionários, há atividades profissionais chamadas de tradução, temos organizações representando tradutores, institutos de formação de tradutores etc. É nessa “figura pública” que eu penso quando falo de tradução como “instituição”. (HERMANS, 1995, p. 5)

Outro aspecto desse *status* institucional é a variedade de partes interessadas envolvidas na tradução. São clientes, patrocinadores, tradutores, agências, revisores e leitores. As expectativas dessas pessoas se transformam nas normas que regulam a prática da tradução (HERMANS, 1995, p. 9). A expectativa central diz respeito à equivalência: os consumidores da tradução esperam uma relação de igualdade entre o que eles leem e o TP (HERMANS, 1995, p. 14). É importante enfatizar que, da perspectiva da tradução como instituição, i.e. da perspectiva do “consumidor da tradução”, o debate acadêmico em torno da (im)possibilidade da equivalência na tradução é irrelevante, visto que a equivalência é, geralmente, o que as partes interessadas externas esperam. A questão é que as expectativas das partes interessadas constituem a tradução como instituição, i.e., como uma “prática social” (PYM, 1995, p. 158) de lugar e função específicos na sociedade. As expectativas institucionais são reconhecidas por Pym, que destaca que “[...] o tradutor é um produtor de equivalência, um comunicador profissional que trabalha para pessoas que pagam para acreditar que, em qualquer nível que seja pertinente, A é equivalente a B” (1995, p. 167), frisando que a expectativa de equivalência é “[...] uma crença socialmente operativa que permite que as traduções – e os tradutores – façam o seu trabalho” (1995, p. 167) – i.e. permite que a tradução funcione como uma prática social.

Por outro lado, do ponto de vista dos ET, para os quais a tradução não é uma prática, mas um campo de estudos, a ontologia do conceito é diferente. Portanto, como argumenta Hermans (1995, p. 17), na noção popular, a tradução é uma coisa só,⁵ isto é, interlingual, mas ainda pode haver bons motivos para expandir o conceito acadêmico de tradução para outros modos de derivação semiótica, como faz Jakobson. Este é o posicionamento que será adotado aqui, e é por isso que este artigo se dedica a defender a inclusão da INTRA entre os objetos de estudo dos ET. Contudo, como sublinha Hermans (1995), a redação da definição de Jakobson revela uma tentativa de abarcar as duas perspectivas: a acadêmica e a institucional. Seguindo a famosa crítica do desconstrutivismo de Derrida a Jakobson, Hermans aponta para a

⁵ Embora, com frequência, o termo “tradução” seja usado metaforicamente para se referir a certos tipos de INTRA, como a tradução de especialista para leigo (ver Korning Zethsen, 2007, p. 298 para exemplos).

desigualdade de *status* atribuída a cada um dos três tipos (INTRA, interlingual e intersemiótica): Derrida (1985) evidencia a diferença na abordagem definitiva do ensaio de Jakobson,⁶ acentuando que a INTRA e a tradução intersemiótica, como conceitos, estão intralingualmente traduzidos, i.e. reformulados, em uma “interpretação definitiva” (DERRIDA, 1985, p. 173). As palavras de Jakobson (2012) foram “*tradução intralingual* ou *reformulação*” e “*tradução intersemiótica* ou *transmutação*”. No caso da tradução interlingual, por outro lado, em vez de reformular o rótulo, a palavra central, *tradução*, é simplesmente repetida - “tradução interlingual, ou *tradução propriamente dita*” (2012, p. 127). Isso revela que, apesar de expandir o conceito, Jakobson ainda concede à tradução propriamente dita (TPD) um *status* supremo: ela adquire o significado de “tradução no sentido comum”, enquanto os outros dois tipos são rebaixados a “tradução no sentido figurado” (DERRIDA, 1985, p. 174). A apresentação que Derrida fez dessa ambivalência nas definições de Jakobson é o que leva Hermans a criticar Jakobson por tentar ter tudo, por assim dizer. Jakobson oferece uma tipologia que revela o viés institucional em relação à TPD (“a tradução interlingual é o que conta como tradução de verdade”) ao mesmo tempo que adota uma perspectiva acadêmica que expande os perímetros do conceito a outros modos (HERMANS, 1995, p. 17-18; Pym, 2010, p. 108). Nenhum “tratamento diferencial” dos três tipos de tradução será adotado neste artigo. Precisamos enfatizar que, embora seja totalmente válida a atribuição de Hermans do *status* institucional à tradução como uma prática social e o reconhecimento de que tal instituição necessariamente tem uma noção limitada do que é tradução, a perspectiva do presente artigo é a acadêmica, sem diferença no *status* atribuído aos três tipos de Jakobson.

2.2 O argumento prototípico

Um tipo de definição que inclui a INTRA no conceito de tradução, mas concede apenas um *status* marginal a ela é a abordagem prototípica de Halverson (1999; 2000), que é uma contribuição interessante à questão definitiva, mas, para nós, ainda assim insustentável para os presentes propósitos. A natureza da abordagem é a seguinte: o ponto de partida de Halverson é a observação de que conceitos anteriores de “tradução” se mostraram inúteis para delimitar os objetos de estudo dos ET, i.e., não conseguiram fornecer bases para demarcar a “tradução” e a “não tradução” (HALVERSON, 1999, p. 2-3), que supostamente dizem

⁶ A seguir, a crítica própria de Derrida a Jakobson será examinada.

respeito a abordagens completamente relativísticas (“tradução pode ser qualquer coisa”), bem como a noções de um “delineamento totalmente objetivo, um delineamento ‘de verdade’” (HALVERSON, 1999, p. 3). A solução proposta por ela é enxergar a tradução como um conceito prototípico, i.e., um conceito caracterizado pela “gradiência de associação” (1999, p. 6), que significa que são atribuídos graus variantes de centralidade/perifericidade como membros da categoria a subtipos diferentes de tradução.

De maneira filosófica, a noção de associação de categoria gradativa se baseia no conceito de “similaridades familiares” de Wittgenstein, do livro *Investigações Filosóficas* (1958/1994, p. 66) (HALVERSON, 1999, p. 5). Tal conceito está enraizado na observação de que são inúteis as tentativas de definir certas categorias em termos de um conjunto limitado de características claramente identificáveis e comuns a todos os espécimes. Somente uma rede complicada de similaridades que se sobrepõem em parte pode ser observada (WITTGENSTEIN, 1958/1994, p. 66), e é para tais similaridades que Wittgenstein propõe o termo “similaridades familiares”, da mesma forma que certos membros de uma família (de relações sanguíneas humanas) podem ter a mesma cor de cabelo, a mesma cor dos olhos e o mesmo temperamento etc., sem que nenhuma característica seja comum a todos, e com alguns familiares tendo mais similaridades que outros. Portanto, o conceito de “similaridades familiares” fornece a Halverson (1999) as bases teóricas para posicionar a tradução como uma categoria prototípica.

Além disso, Halverson contrasta os conceitos prototípicos com a abordagem clássica (aristotélica) de categorização. Nessa abordagem, acredita-se que as categorias correspondem à realidade independentemente do observador, e “a ligação [entre uma categoria e um tipo de objeto] se dá pela listagem de condições necessárias e suficientes, que correspondem diretamente às características essenciais do objeto em questão” (HALVERSON, 1999, p. 5). Como um contra-argumento ao essencialismo aristotélico, Halverson cita pesquisas cognitivas modernas, indicando que o conteúdo de uma categoria não é, de forma alguma, condicionado por propriedades inerentes aos objetos, mas pela estrutura cognitiva dos usuários da língua: “As evidências apresentadas apontam para uma conclusão: a categorização não é baseada em qualidades objetivas inerentes aos objetos do mundo real, mas é dependente de e determinada por propriedades do cognizador humano” (HALVERSON, 1999, p. 6), o que explica por que o conteúdo de uma categoria pode variar de um usuário da língua para outro. Supostamente, é possível traçar uma estrutura cognitiva compartilhada por trás de um conceito de uma comunidade linguística, mas qualquer variação identificável entre as noções de usuários diferentes é uma manifestação de efeitos prototípicos, i.e., padrões diferentes na maneira

como os diferentes “cognizadores” atribuem graus variantes de centralidade/perifericidade para uma gama de membros potenciais da categoria (HALVERSON, 1999, p.6).

Diversas críticas fundamentais podem ser levantadas contra a solução “prototípica” do problema de definir tradução **como o campo de objetos de estudo de uma disciplina científica**. Primeiro, ao tomar o conceito de “similaridades familiares” de Wittgenstein como parte das bases filosóficas da abordagem prototípica à categorização, deve-se considerar o contexto ao qual o argumento de Wittgenstein pertence: seu argumento busca mostrar como os conceitos fazem sentido na linguagem comum ou cotidiana, sem que os usuários da língua concordem com as definições essencialistas das categorias que usam. Nas situações da vida cotidiana às quais a linguagem comum se prende (no que Wittgenstein chama *jogos de linguagem*), nós nos entendemos porque concordamos em como usar as palavras. Portanto, mesmo na ausência de definições essencialistas, conceitos que parecem imprecisos (como *jogo*) são completamente significativos no uso cotidiano da linguagem (FLOOR, 1982, p. 185-187; cf. WITTGENSTEIN, 1958/1994, p. 68). Assim, o argumento de Wittgenstein se preocupa com o funcionamento da linguagem comum (o seu bom funcionamento, apesar de seus aparentes problemas), e seu objetivo não é contestar a possibilidade de concordar com definições conceituais mais precisas, como aquelas buscadas, por exemplo, no direito e na ciência (FLOOR, 1982, p. 187). Na verdade, o argumento de Wittgenstein sobre similaridades familiares dificilmente é relevante para um debate sobre definições conceituais de uma disciplina científica. Tratando-se de uma investigação científica, um requisito básico é organizar nossas ferramentas conceituais, sendo as definições inequívocas simplesmente uma condição *sine qua non* na busca científica (cf. ROBINSON, 2011, p. 69-70).⁷ Portanto, seguindo Robinson, argumentamos que o necessário é a chamada definição estipulativa (ver abaixo), e uma que *especifique* os critérios de associação – uma definição que pode não estar de acordo com o “uso comum”, mas que pode servir como base para uma taxonomia científica dos fenômenos tradutórios.

A investigação de Halverson (2000) representa, efetivamente, uma tentativa de investigar até que ponto o que um leigo entende de tradução se sobrepõe a uma possível taxonomia científica do conceito (Jakobson e Toury). Em contraste, Halliday e Matthiessen (1999) destacam as *divergências* entre as taxonomias científicas e as chamadas taxonomias populares, pertencentes ao “mesmo” campo de experiência, apontando que a abordagem

⁷ Obviamente, isso não significa que o trabalho de combinar conceitos com espécimes da vida real não será uma tarefa trabalhosa, cheia de casos limítrofes que desafiam a classificação, mas essas são questões de interpretação. Ver e.g. Chesterman (2008) sobre o que ele chama de hipóteses interpretativas, que estão no cerne de “fazer ciência”.

científica difere da popular não apenas na precisão da categorização, mas também em termos de critérios classificatórios:⁸

A passagem das taxonomias populares para as científicas envolve tanto um aumento nas etapas de revisão quanto uma mudança nos critérios usados para a classificação. [...] [A mudança vai] de critérios abertos acessíveis a olho nu para critérios ocultos, disponíveis apenas por meio da aplicação de técnicas científicas. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999, p. 85-86)

Outra noção problemática de Halverson (1999) são suas bases para rejeitar definições criteriosas de tradução (definições baseadas em condições necessárias e suficientes). Como observado anteriormente, a autora associa definições criteriosas com o essencialismo aristotélico, i.e., a concepção de que tais definições refletem propriedades inerentes aos objetos que pertencem à categoria. Robinson descreve a noção aristotélica da seguinte maneira: “Definição foi definida por Aristóteles como a essência de uma coisa [...]. Nessa interpretação, se 'x é yz' é uma definição significativa e verdadeira de x, então x é uma coisa e yz é a essência dessa coisa” (2011, p. 154). Robinson, no entanto, descarta tal essencialismo, apontando que “[e]ssência [...] é apenas a escolha humana do que significar por um nome, mal interpretado como sendo uma realidade metafísica” (2011, p. 155). Em contraste, Robinson diz que as chamadas definições nominais (definições dos nomes que damos às coisas) podem ser válidas mesmo sem a suposição de qualquer realidade metafísica inerente à classe de fenômenos que um termo denota. Tais definições são válidas simplesmente por convenção, porque podemos decidir ativamente, ainda mais na ciência, que conteúdo estipular com determinado termo. Definição por estipulação é, na verdade, o que Robinson recomenda para as disciplinas científicas: “[n]ós devemos nos libertar das definições lexicais que apenas descrevem o uso comum em toda sua natureza não científica, e nos permitir a estipular palavras e ideias mais simples, mais precisas e mais inequívocas, se quisermos ter ciência” (2011, p. 73). Assim, uma definição estipulativa e criteriosa de tradução é o que tentaremos fornecer mais tarde.

Em 2007, Korning Zethsen defendeu uma definição aberta de tradução baseada na prototipologia e na percepção da tradução como um conceito amplo (de acordo com Tymoczko, 2007a). Ainda não temos dúvidas de que a prototipologia é uma forma válida de descrever o fenômeno *cognitivo* da tradução, e a teoria fornece excelentes argumentos para uma percepção ampla do conceito de tradução, com suas muitas facetas e similaridades

⁸ Para uma visão semelhante, ver White (1998, p. 288-290).

familiares. Dessa forma, uma definição aberta baseada na prototipologia faz sentido se o objetivo é explicar por que a INTRA está intimamente relacionada à TPD e, por consequência, por que os ET seriam beneficiados com mais pesquisas em INTRA e por que os tradutores formados, na prática, ficariam bem equipados para realizar alguns dos muitos trabalhos de INTRA exigidos na sociedade moderna. Esse era de fato o objetivo de Korning Zethsen (2007). No entanto, temos outro objetivo no presente artigo: além de uma inclusão mais ativa da INTRA nos ET, desejamos defender, bem como fornecer, uma definição estipulativa de tradução a ser usada nos ET como campo de pesquisa. A prototipologia pode garantir a boa compreensão do conceito de tradução, mas não garantirá a inclusão adequada da INTRA nos ET, resultando na realização de mais pesquisas em INTRA.

2.3 O argumento da equivalência

Embora não possamos aceitar a solução “prototípica” de Halverson ao problema definatório nos ET, a autora está certa em apontar para a inadequação das abordagens criteriosas anteriores ao providenciar respostas para a questão da demarcação (a delimitação entre a “tradução” e a “não tradução”). Uma investigação mais detalhada de um tipo específico de definição criteriosa é realizada por Koller (1995), que demonstra as limitações das abordagens linguísticas que equiparam o *status* de tradução com a equivalência. Na versão de Koller, essas são abordagens segundo as quais

a tradução pode ser entendida como o resultado de uma atividade de processamento de texto, pela qual um texto na língua de partida é transposto para um texto na língua de chegada. Entre o texto resultante na L2 [...] e o texto de partida na L1 [...] existe uma relação, que pode ser chamada de tradutória ou de equivalência. (1995, p. 196, grifos no original)

Embora favorável às abordagens linguísticas, Koller demonstra a insustentabilidade desta posição ao apontar para o que denomina “dupla ligação” das traduções: por um lado, a ligação do TC com o TP cujo conteúdo a tradução supostamente representa e, por outro lado, o vínculo com o público-alvo da língua de chegada (1995, p. 197). Isso, é claro, é idêntico ao conjunto duplo, e muitas vezes irreconciliável, de obrigações que incumbem ao tradutor: a prática da tradução como uma questão perene de lealdades divididas entre a fidelidade ao TP e a consideração pelos leitores da LC (cf. TYMOCZKO, 1999. p. 55). Koller destaca o que qualquer tradutor praticante bem sabe, que a equivalência na forma de fidelidade ao TP é, em muitos casos, inadequada se o TC quiser fornecer aos leitores acesso adequado ao conteúdo

do TP: “Para as traduções serem compreensíveis, ou melhor, para elas transmitirem certos valores do texto da língua de partida ao leitor da língua de chegada, devem ser aplicados métodos de revisão textual” (KOLLER, 1995, p. 205). Em outras palavras, um TC funcional geralmente é o produto de procedimentos de tradução distantes da adesão estrita às formulações do TP, modificando e expandindo o conteúdo semântico do original. A questão é que esses “elementos de revisão textual”, como Koller os chama (1995, p. 208), não são uma “reprodução de texto baseada na equivalência” (1995, p. 204), mas uma *produção* textual livre,⁹ i.e. elementos “livres” apenas indiretamente relacionados ao TP. Isso significa que as teorias da tradução que hipostasiam a equivalência como um critério de demarcação estão fadadas a excluir elementos significativos de textos que normalmente consideramos traduções (cf. SCHMID, 2008, p. 31; cf. TOURY, 1986, p. 1120).

A visão da equivalência como algo inatingível também está implícita em Tymoczko (1999). Como Koller, ela enfatiza a inclinação dupla de toda tradução, aos leitores do TP e da LC ao mesmo tempo (TYMOCZKO, 1999, p. 56). No entanto, ela dá um passo além ao apontar um traço específico de toda tradução que ela metaforiza como “metonímico” em referência ao dispositivo retórico da metonímia (onde, e.g., uma parte de algo representa o todo). Isso é o que capta as realidades da tradução: as traduções sempre são parciais, i.e., só podem “representar” parte do conteúdo original, uma vez que traduzir – e não importa o tipo de texto envolvido – sempre envolve selecionar alguns aspectos do TP para representar no TC e ignorar outros (1999, p. 55; ver também TYMOCZKO, 2007a, p. 36-37). Outro ponto interessante de Tymoczko é sua observação de que, tratando-se de dicotomias familiares, como a *adequação* vs. *aceitabilidade* de Toury (e.g. 1995, p. 57) e a *estrangeirização* vs. *domesticação* de Venuti (1995), “não existe nenhuma polaridade única que descreva a inclinação de uma tradução, nenhum posicionamento único ao longo de um continuum linear” (TYMOCZKO, 1999, p. 56). Partes de uma tradução podem se voltar mais ao TP, enquanto outras podem se voltar muito mais ao TC para torná-lo “digerível” pelos leitores da LC (1999, p. 55). No entanto, embora uma tradução possa ser mais ou menos *inclinada* a reproduzir o conteúdo do TP fielmente e, por outro lado, mais ou menos orientada para a acessibilidade da LC, há um sentido mais profundo em que a equivalência tradutória é, em última instância, impossível, e em que a tradução é sempre voltada ao público-alvo, mesmo a despeito de uma inclinação ao TP. Em termos saussurianos, substituir os *significantes* de um TP por aqueles de outra língua não quer dizer que os *significados* originais venham junto como parceiros de

⁹ Para uma visão semelhante, ver Mossop (1998, p. 258).

viagem na jornada através das barreiras linguísticas, chegando ao destino para se incorporar nos *significantes* do TC. Nas palavras de Derrida, “o significado é inseparável do significante” (1972/1981, p. 18), e isso quer dizer que nada de fato se move¹⁰, de quem a metáfora da viagem foi emprestada¹¹. O que acontece na tradução é que um texto dá origem a outro (CHESTERMAN, 1997, p. 8) e, uma vez que os *significantes* da LC tenham sido selecionados, eles carregam *significados* da LC, incorporados como são na estrutura cultural da LC (SNELL-HORNBY, 1998/1995, p. 42). Obviamente, os *significados* do TP são (na maioria dos casos, pelo menos) o que leva os *significantes* da LC a serem escolhidos. Porém, uma vez escolhidos, os *significantes* da LC carregam significados que, *per se*, não remetem aos significados do TP; só podemos afirmar que remetem por acordo social, tal como por meio da instituição legal de notarização. Portanto, concordamos plenamente com Derrida, em cuja visão “nunca lidaremos, e de fato nunca lidamos, com o “transporte” de significados puros de uma língua para outra, ou dentro da mesma língua, deixando o instrumento significante virgem e intocado” (1972/1981, p. 20). Derrida rejeita, assim, a ideia do que ele denomina “o significado transcendental”, concluindo que a tradução é igual à transformação (1972/1981, p. 20). Nossa posição é, portanto, o que Chesterman e Arrojo (2000, p. 151) chamam de *não essencialismo*, i.e., a visão de que os significados são sempre ligados ao contexto e de que não há significados estáveis e objetivos que se deixam ser “transportados” do TP para o TC (para uma visão semelhante, ver também HERMANS, 1996). É nesse sentido que a tradução é hermenêutica, uma vez que os significados do TC *dão sentido* aos significados do TP por meio da substituição¹².

A natureza cultural do significado não é nova, é claro, e os problemas inerentes da tradução há muito foram reconhecidos como um obstáculo fundamental, e.g., na etnografia e na antropologia cultural (cf. HERMANS, 1996, p. 16; cf. RUBEL; ROSMAN, 2003). Dentro dos ET, Snell-Hornby (1988/1995, p. 41) destacou o resultado da posição não essencialista: a tradução se torna logicamente impossível, pelo menos se a identidade semântica for estipulada como exigência da tradução. Por mais desagradável que seja a posição não essencialista para a tradução *como instituição* (no sentido de Hermans, conforme dito antes), acreditamos que seja inevitável para os ET como disciplina acadêmica. O que a posição dificilmente descarta, no entanto, é a capacidade da tradução de facilitar a *comunicação* e pelo menos um *grau* satisfatório de compreensão. Apesar da natureza cultural do significado, a

¹⁰ Cf. Chesterman (1997, p. 8)

¹¹ Cf. também Stecconi (2007, p. 21)

¹² Cf. a concepção de Steiner (1975/2012) de compreensão como tradução

tradução ainda oferece a possibilidade de *aproximação* semântica adequada, que pode ser suficiente para que a comunicação seja bem-sucedida (cf. KAISER-COOKE, 2004, p. 195). Desta forma, a questão da inclinação ao TP *versus* ao TC se torna uma questão de *grau* de aproximação. Deve-se admitir que a maioria dos estudiosos de tradução modernos reconhecem a impossibilidade de equivalência no sentido de "identidade semântica completa" (cf. CHESTERMAN, 1998, p. 27). Nas palavras de Juliane House,

[v]isões de equivalência baseadas em similaridades formais, sintáticas e lexicais são criticadas há muito tempo – até porque há muito se reconheceu que dois itens linguísticos de duas línguas diferentes são multiplamente ambíguos. Além disso, definições puramente formais de equivalência há muito se revelaram deficientes por não explicarem o uso apropriado no desempenho comunicativo. É por isso que a equivalência funcional e pragmática tem sido um conceito aceito na linguística contrastiva há muito tempo, e é esse tipo de equivalência que é mais relevante para a tradução. (HOUSE, 2001, p. 135-136)

No entanto, como “equivalência” implica “identidade”, não importa como o conceito seja modificado, ainda não há garantia de que a equivalência, mesmo neste sentido expandido (pragmático/funcional), seja possível. A suposição de que dois textos diferentes (um TP e um TC) podem ter o "mesmo" efeito em dois públicos diferentes é, na verdade, o que Chesterman denuncia como "falácia do leitor homogêneo" (1997, p. 35). Em nossa opinião, a melhor solução é deixar de usar o conceito de equivalência como critério de definição.¹³

No entanto, a importância de algum tipo de correspondência TP-TC é fundamental para que determinada entidade semiótica seja considerada tradução de outra entidade. Isso se aplica a qualquer tipo de derivação semiótica, e o argumento é de senso comum: para se obter uma relação derivacional entre dois textos (no sentido mais amplo), algum tipo de similaridade deve existir (cf. STECCONI, 2004, p. 479). Similaridade, e não equivalência, é de fato o que vários estudiosos da tradução enfatizam como relevante, como Chesterman (1996; 2007b; 2007a), Yallop (2001), Stecconi (2007, p. 21), Tymoczko (2007a) e Korning Zethsen (2007). Assim, nas palavras de Tymoczko (2007a, p. 32), “[...] a equivalência na teoria e na prática da tradução só é um conceito útil quando entendida como uma forma de similaridade”. Quando se trata de qualquer designação mais próxima da natureza da similaridade na tradução, Tymoczko (2007a) é bastante vaga, enquanto Chesterman (1996; 1998, p. 12-16; 2007a, p. 61-62) fornece uma análise incisiva do conceito de similaridade, mostrando que ele não é uniforme, mas que deve ser feita uma distinção entre dois tipos:

¹³ Embora um conceito flexível de equivalência possa, é claro, ainda ser útil na prática de tradução ou ao discutir a prática de tradução (para uma discussão detalhada, ver Zethsen, 2004).

similaridade *convergente* e similaridade *divergente*. A similaridade convergente é bidirecional: duas entidades podem ser consideradas semelhantes da perspectiva de ambas: neste caso, A é semelhante a B tanto quanto B é semelhante a A. No registro de Chesterman: $A \leftrightarrow B$ (1996, p. 161). Já a similaridade divergente é unidirecional: se uma entidade é derivada de outra, o produto da derivação pode ser reconhecido como semelhante ao original, mas o inverso não é necessariamente verdade, i.e., o original pode não ser considerado semelhante do produto derivado. Na verdade, uma entidade pode funcionar como um original a partir do qual diversas entidades secundárias podem ser derivadas, todas as quais têm alguma similaridade com A, mas que são, no entanto, diferentes umas das outras. No registro de Chesterman: $A \rightarrow A', A'', A'''$ (1996, p. 161). A relevância dessa análise para os ET é óbvia: a similaridade na tradução é quase sempre divergente, "assimétrica" (PYM, 2010, p. 26) ou "irreversível" (TOURY, 1986, p. 1117), e um TP pode dar origem a vários tipos diferentes de TCs, todos os quais serão semelhantes ao original de alguma forma.¹⁴ Talvez essa observação seja especialmente relevante para a INTRA, já que a relação derivacional entre TP e TC muitas vezes não é tão próxima quanto na tradução interlingual prototípica, o que significa que um TC é reconhecidamente derivado de seu TP, mas qualquer tipo de "retrotradução", i.e. tentativa de reconstruir o TP a partir do TC seria impossível.

Além disso, de acordo com a teoria do escopo, Chesterman sugere que o que importa na tradução é a similaridade *relevante*, e que o que conta como tal em uma dada tradução depende do papel do TC na situação comunicativa em que ele deve funcionar (2007b, p. 68).¹⁵ Nas próprias palavras de Chesterman,

[um] tradutor, ao entregar uma tradução a um cliente, afirma que a tradução é semelhante ao texto de origem de uma forma relevante para o ponto de vista do cliente. Sem um ponto de vista, não há como avaliar a relevância da similaridade; na verdade, não há sequer como perceber qualquer similaridade. Sempre existe um ponto de vista, mesmo que não explicitamente declarado ou reconhecido. (CHESTERMAN, 2007b, p. 68)¹⁶

¹⁴ Pym (2010, cap. 3) subsume a abordagem de Chesterman sob um paradigma que denomina "equivalência direcional", mas, dadas as conotações de equivalência (uma relação de identidade), consideramos tal caracterização infeliz.

¹⁵ Veja Yallop (2001, p. 242) para exatamente a mesma visão.

¹⁶ Em vários de seus escritos (e.g. 1997; 2008), Chesterman mostra uma clara dívida para com a filosofia da ciência de Karl Popper, razão pela qual, nesta ênfase no perspectivismo da percepção/avaliação, podemos ouvir o eco da afirmação de Popper (1935/2002, p. 88) de que a observação é sempre carregada de teoria, i.e. governada, por algum ponto de vista.

2.4 O argumento da interlingualidade

Além do argumento da "equivalência" criticado acima, a extensão do conceito de tradução que inclui a INTRA vai contra a concepção que confina a tradução a operações de texto envolvendo duas línguas diferentes. Newmark, por exemplo, remove o *status* de tradução da INTRA porque "[...] a diferença qualitativa entre tradução 'interlingual' e 'intralingual' é tão grande que torna o conceito de tradução um absurdo" (1991, p. 69). Da mesma forma, Mossop (1998, p. 252) se esforça para excluir a INTRA da tradução, e Schubert (2005, p. 126) afirma que “traduzir significa reproduzir um texto em um idioma diferente. A tradução é, por definição, interlingual”.¹⁷ Até na definição de tradução de Toury – bastante ampla –, a interlingualidade está perto de ser requisito: “Considerar um texto como tradução implica a suposição óbvia de que há outro texto *em outra cultura/língua* que tem prioridade cronológica e lógica sobre ele” [grifo nosso] (1995, p. 33-34). No entanto, a qualificação de língua como “cultura/língua” pode ser considerada como uma indicação de que a interlingualidade pode ser um critério muito restritivo.

Em uma refutação bem argumentada de noções como as citadas acima, Schmid (2008) sugere que a imprecisão das línguas como entidades separadas torna a interlingualidade uma base nada sólida para se construir um critério de demarcação da tradução. Assim, ele aponta que as fronteiras entre as línguas, em muitos casos, refletem convenções sociopolíticas, e não características linguísticas. Portanto, embora o sérvio e o croata sejam, para todos os efeitos, uma única e mesma língua, ou no máximo dois dialetos, as realidades políticas na ex-Iugoslávia fizeram com que as duas populações tratassem os dois dialetos como duas línguas distintas (SCHMID, 2008, p. 60; cf. WARDAGH, 1986, p. 33). Essas convenções políticas impõem uma barreira artificial que desafia o critério de inteligibilidade mútua como meio de distinguir línguas de dialetos; dois sistemas linguísticos devem ser considerados dialetos se forem mutuamente inteligíveis e como línguas se não forem (MATTHEWS, 2005, p. 96 -97). Na mesma linha, Schmid (2008), Matthews (2005, p. 97) e Wardaugh (1986, p. 28) mencionam o exemplo do dinamarquês e do norueguês, que são, por convenção, reconhecidos como línguas diferentes, mas cujos falantes são de fato capazes de entender uns aos outros, pelo menos com um pouco de esforço. Um exemplo inverso mencionado por Wardaugh (1986, p. 28) é o dos dialetos chineses, como o mandarim e o cantonês, que são na verdade

¹⁷ No entanto, Schubert (2005) reconhece a forte afinidade entre a tradução (técnica) e a redação técnica, observando que a produção de documentação técnica (tarefa dos redatores técnicos) é baseada na derivação de informações de textos anteriores – textos de partida, em outras palavras.

mutuamente *ininteligíveis*, mas, ainda assim, considerados apenas dialetos. Outro fenômeno que ofusca a divisão entre línguas e dialetos é o fato de que dois dialetos, um em cada lado de uma fronteira nacional, reconhecidos pela convenção como pertencentes a línguas diferentes, podem muito bem ter mais características em comum do que dois dialetos geograficamente distantes dentro do “mesmo” idioma. Assim, o dialeto dos alemães que vivem perto dos Países Baixos pode ter mais em comum com o holandês do que com as variantes sulistas do alemão (WARDAUGH, 1986, p. 28).

Ao todo, o fato de que as línguas se transformam em dialetos e vice-versa é um argumento convincente contra qualquer tentativa de defender a interlingualidade como critério de demarcação do conceito de tradução, e fornece fortes bases para incluir a INTRA entre dialetos regionais/sociais no conceito de tradução. Se o continuum língua-dialeto fornece bases para estender o conceito de tradução para incluir a INTRA entre dialetos funcionais, i.e., gêneros, é uma questão diferente. Por isso, pode ser melhor enfatizar a tradução como uma operação de transferência *intercultural* (ou substituição), e não como uma simples transcodificação entre sistemas linguísticos. Schmid (2008), de fato, estende a “interculturalidade” da tradução também para a INTRA, sugerindo que as fronteiras culturais não se restringem àquelas entre culturas codificadas na semântica de uma língua “nacional”. Da mesma forma que Halliday (1978, p. 99; 123) vê as culturas como sistemas de significado, Schmid (2008, p. 44) concebe a cultura como um sistema conceitual, mas ao mesmo tempo diz que o sistema de significado constituído por uma dada língua “nacional” está longe de ser uma entidade uniforme – mesmo dentro de uma língua, existem sistemas conceituais concorrentes, i.e. interpretações semânticas conflitantes do mundo da experiência: “Existem muitas culturas menores dentro de uma ‘comunidade linguística’ que conceituam aspectos do mundo de forma diferente e, portanto, precisam recorrer a processos de tradução para garantir uma comunicação bem-sucedida entre si” (SCHMID, 2008, p. 48).¹⁸ Um bom exemplo de uma “subcultura” é, naturalmente, uma comunidade científica (cf. AIKENHEAD, 2001, p. 24-25). Uma pessoa geralmente pertence a uma série de culturas diferentes (ou comunidades discursivas, como Swales (1990) diria): “uma vez que cada pessoa participa de uma variedade de [...] domínios de interação e experiência, uma série de sistemas conceituais enraizados em todos os tipos de ambientes diferentes convergem na constituição cultural de uma pessoa” (SCHMID, 2008, p. 47). Conforme indicado anteriormente, Schmid localiza a necessidade de tradução na divergência entre sistemas semânticos, que ele considera o tipo principal de

¹⁸ Para uma visão semelhante, ver Aikenhead (2001, p. 24).

barreira de comunicação que precisa de tradução: “A necessidade de tradução surge quando as pessoas não compartilham uma massa crítica de acessibilidade mútua em suas conceituações e, conseqüentemente, não podem se referir a uma estrutura conceitual comum que ajude a dar sentido aos enunciados uns dos outros” (SCHMID, 2008, p. 51). Para Schmid, portanto, a tradução “compreende a reconfiguração de conceitos a partir da perspectiva de outro sistema conceitual” (SCHMID, 2008, p. 54),¹⁹ o que remete a nossa análise anterior da tradução como ato semiótico de capturar um conjunto de conceitos *em termos* de um conjunto alternativo. Como corretivo para a generalização de Schmid, pode ser necessário atentar para a verdade na observação de Mossop (1998, p. 252) de que a necessidade de tradução pode, em primeira instância, surgir da estranheiridade da *léxico-gramática* de um TP, mas Schmid está certo ao estender as barreiras de comunicação que exigem tradução àquelas que derivam de sistemas conceituais incompatíveis, sejam as léxico-gramáticas dos dois sistemas da “mesma” língua (“nacional”) ou não.

3. Uma definição criteriosa de tradução – discussão e conclusão

Um atalho possível para a inclusão da INTRA entre os objetos dos ET seria se unir com quem define a tradução de maneira totalmente relativista. O expoente mais famoso dessa visão é provavelmente G. Toury, segundo o qual os ET devem se preocupar com “todos os enunciados que são apresentados ou considerados como tais [i.e. como traduções] dentro da cultura de chegada, não importa em que bases” (1995, p. 32). Isso espelha a concepção de que “não há pretensão de que a natureza da tradução seja dada ou fixada, de qualquer forma” (1995, p. 32). Em outras palavras, a tradução é definida pelos pressupostos de qualquer cultura de chegada. Outra abordagem semelhante é a de Tymoczko (2007b), que celebra a abordagem de Toury por liberar o conceito de tradução do que ela denuncia como modelos eurocêntricos (2007b, p. 81), e complementa a postura relativística dele afirmando que “não existem condições necessárias e suficientes para identificar todas as traduções e para, ao mesmo tempo, excluir todas as não traduções no tempo e no espaço” (2007b, p. 78).

Estando abertos a acusações de eurocentrismo ou não, sustentamos que é do melhor interesse dos ET como um campo de pesquisa rejeitar posturas relativistas como as acima, pela razão de que qualquer campo de pesquisa que deseje ser levado a sério como disciplina

¹⁹ Para uma visão semelhante, ver Göpferich (2004, pp. 18-19; 2007, p. 33), que, como Schmid, expande o conceito de cultura para além de seu sentido etnológico para incluir “microculturas”, como uma comunidade científica e uma comunidade leiga, entre cujos sistemas conceituais a tradução pode ser necessária.

acadêmica deve satisfazer o requisito mínimo de conseguir delimitar seu objeto de estudo, e isso só é possível mediante a proposição de uma definição criteriosa.

Além disso, tal definição não precisa conflitar com o objetivo de ampliar o campo de objetos dos ET para além das concepções europeias restritas e tradicionais de tradução, que parece ser a preocupação primária de Tymoczko. Aparentemente, ela teme que defender uma definição criteriosa resulte na exclusão dos tipos de reescrita que as culturas não europeias aceitam como tradução (1999, p. 60-68). No entanto, o inverso pode muito bem ser o caso, uma vez que ao confiar no conceito de "tradução presumida", a postura de Toury convida as noções populares para interferirem em uma definição acadêmica, e não há garantia de que tais noções populares (europeias ou não) não sejam *mais* exclusivas do que a abordagem acadêmica, ao contrário das intenções da postura relativista. A INTRA, por exemplo, seria quase totalmente excluída na atual cultura dinamarquesa, e a comunidade de pesquisa dos ET poderia perder *insights* valiosos. O exemplo, é claro, vem de um contexto europeu, mas quem disse que uma rejeição semelhante do *status* de tradução da INTRA não poderia ser encontrada fora da Europa?

Ademais, a postura relativista adotada por Toury é derrotada por sua própria introdução dos três "postulados", que representam a própria intervenção de Toury, por assim dizer, nesse processo culturalmente relativo de "presumir". Os postulados devem ser lidos como a própria especificação de Toury dos fundamentos para "presumir", i.e., para considerar determinado texto uma tradução. Ele, portanto, acaba contradizendo a própria pretensão relativista ao fornecer o que é, de verdade, uma definição criteriosa (cf. PYM, 2010, p. 85). Seguindo Chesterman (1997, p. 62) e Korning Zethsen (2007), consideramos que os três critérios de Toury, ou "postulados", como ele os denomina, são de fato aqueles que permanecem válidos (sujeitos a certas modificações, a serem propostas abaixo). Os três critérios são: (1) o Postulado do Texto de Partida, (2) o Postulado da Transferência, e (3) o Postulado da Relação (TOURY, 1995, p. 33), cada um definido como segue:

1. O Postulado do Texto de Partida

Considerar um texto como tradução implica a suposição óbvia de que há outro texto em outra cultura/língua que tem prioridade cronológica e lógica sobre ele: além desse texto presumido supostamente preceder aquele que é considerado sua tradução no tempo, presume-se que ele tenha servido como ponto de partida e base para o último. [...] (TOURY, 1995, p. 33-34)

2. O Postulado da Transferência

O Postulado do Texto de Partida também implica a suposição de que o processo pelo qual a tradução presumida veio a existir envolveu a transferência de certas características do suposto texto de partida que os dois textos agora compartilham. [...] (TOURY, 1995, p. 34)

3. O Postulado da Relação

Finalmente, adotar o pressuposto de que um texto é uma tradução também implica que existem relações de responsabilidade que o ligam ao seu original, uma função óbvia daquilo que os dois textos supostamente compartilham e que se supõe ter sido transferido através da fronteira semiótica cultural (e linguística). [...] (TOURY, 1995, p. 34-35)

No entanto, o segundo e o terceiro desses postulados não podem ser aceitos imediatamente, e a objeção diz respeito à insistência de Toury na “transferência”, como ele a denomina. Como mostrado anteriormente, a ideia de algo – entidades de significado – se movendo do TP para o TC é insustentável, porque a tradução não é uma questão de “mover” o conteúdo, mas de produzir um novo texto com base em um anterior. Portanto, propomos a seguinte modificação dos dois postulados: em vez de transferência, a *derivação* deve ser posta como um critério,²⁰ e, seguindo Chesterman, a *relação* deve ser especificada como aquela que consiste em *similaridade relevante* (cf. CHESTERMAN, 1997, p. 62), provocada pela aplicação de estratégias derivacionais. Como argumentado anteriormente (de acordo com CHESTERMAN, 2007b), o que conta como *similaridade relevante* em um dado par de TP-TC depende do escopo. Além disso, o critério da *relação* deve abranger dois aspectos adicionais apontados por Stecconi (2004, p. 479-482; 2007, p. 23-24):²¹ a *diferença* semiótica e a *mediação*, que devem ser considerados essenciais à tradução (2004, p. 483). Assim, o *status* tradutório implica a mediação, que é uma função mediadora por parte do TC em relação ao conteúdo semiótico do TP. Nas palavras de Stecconi, “não há tradução se o signo de chegada não fala em nome do signo de partida” (2004, p. 482). Ademais, Stecconi destaca a *diferença* semiótica TP-TC como uma característica inerente da tradução, i.e., a tradução consiste logicamente na transcendência de uma barreira semiótica, ou uma “dobra entre sistemas semióticos” (2004, p. 480).

Resta considerar se a INTRA, em suas diferentes formas, é compatível com esses critérios touryanos modificados, e a resposta deve ser afirmativa, exceto em um aspecto, como sugere Korning Zethsen (2007, p. 293), uma vez que a lingualidade é parte do primeiro dos três postulados. Isso se torna bem claro na própria glosa de Toury, de acordo com a qual o TP deve pertencer a “outra cultura e língua [grifo nosso]” (1995, p. 35) em comparação com o TC. Todavia, *contra* Toury, deve ser mantido que a lingualidade não pode ser elevada ao *status* de critério, como argumentado anteriormente. A cultura, por outro lado, mostrou-se

²⁰ Em uma glosa de definição própria, Toury (1995, p. 35) abre a possibilidade de mudar a perspectiva da transferência para a derivação, ao descrever os TCs como “derivados por operações de transferência” [grifo nosso].

²¹ Stecconi (2004, pp. 478-479; 2007, p. 23) também enfatiza a similaridade como uma característica lógica da tradução.

estar intimamente ligada às barreiras de comunicação que requerem tradução, mas também foi argumentado que, uma vez que as diferenças culturais derivam de sistemas conceituais divergentes, a concepção das culturas como coextensivas apenas com línguas "nacionais" é muito simplista. Além disso, como indicado acima, a perspectiva aqui é que o conceito de tradução deve ser ampliado, mas não *confinado* à transformação semiótica entre culturas, mesmo neste sentido estendido – deve ser ampliado, na verdade, para incluir a conversão semiótica através das barreiras de comunicação em qualquer ou em todos os estratos da linguagem (no caso em que TP e TC consistem em linguagem verbal): conceitual (i.e. semântico), léxico-gramatical e fonológico/grafológico.

Portanto, mantemos (uma versão ligeiramente ajustada) a definição proposta em Korning Zethsen (2007, p. 299) para delimitar o campo científico dos ET. Uma tradução é um texto que obedece às seguintes condições:

- Um texto de partida (verbal ou não) existe ou existiu em algum momento.
- O texto de chegada é derivado do texto de partida (resultando em um novo produto em outra língua, gênero, meio ou sistema semiótico).
- A relação resultante é de similaridade relevante, que pode ter muitas formas dependendo do escopo.

Obviamente, a definição é baseada em certos conceitos-chave, como "texto de partida", "derivação" e "relação", que podem exigir uma segunda rodada de definição. Isso, no entanto, está além do escopo deste artigo, mas acreditamos que esses conceitos também podem e devem, em princípio, receber uma definição criteriosa. Por outro lado, não há como negar que a *aplicação* desses conceitos a fenômenos da vida real tende a ser repleta de dificuldades, e que as instâncias da vida real formam um cline do prototípico ao periférico. Portanto, pode-se dizer que a definição se baseia em conceitos abertos (no sentido de Wittgenstein), mas não em suposições populares. Os conceitos são "abertos" (razão pela qual Korning Zethsen (2007, p. 297) os denomina "uma definição aberta") no sentido de que podem ser mais ou menos prototípicos em relação a determinada cultura, em um determinado momento e em um determinado contexto, mas a definição em si é um critério que pode ser útil na delimitação de uma disciplina como os ET. Uma definição ampla e inclusiva, mas não uma definição em que tradução possa ser praticamente qualquer coisa. Para os objetivos deste artigo, importante é o fato de que a definição abrange não só a INTRA em suas muitas variações, mas também a TPD altamente heterofuncional (i.e., uma tradução em que o escopo

exige uma versão muito alterada, localização, resumo, comunicação de especialista para leigo etc.) que desafiaria ou, na maioria dos casos, ultrapassaria os limites do que a teoria percebe como TPD. Como Steiner sugere (1975, p. 260-61), a INTRA e a TPD levantam questões da mesma ordem e são, em pontos cruciais, similares. Isso significa que os ET podem perder *insights* valiosos se a INTRA for excluída da disciplina. No mundo prático e, especialmente, no didático, uma definição muito restrita do campo estabelece uma fronteira artificial para os tradutores e para os trabalhos que eles se consideram capazes de realizar. No mundo de hoje, uma versão bastante restrita da TPD é considerada tradução prototípica, tanto por pessoas em geral quanto pela área dos ET, mas esperamos que os estudiosos da tradução incluam cada vez mais a INTRA em suas pesquisas e que este artigo contribua para tal desenvolvimento.

Referências

- AIKENHEAD, G. S. Science communication with the public: A cross cultural event. In: STOCKLMAYER, S. M.; GORE, M. M.; BRYANT, C. (Eds.). **Science communication in theory and practice**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2001, p. 23-46.
- CHESTERMAN, A. On similarity. **Target**, v. 8, n. 1, 1996, p.159-164.
- CHESTERMAN, A. **Memes of translation**: The spread of ideas in translation theory. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1997.
- CHESTERMAN, A. **Contrastive functional analysis**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.
- CHESTERMAN, A. Similarity analysis and the translation profile. **Belgian Journal of Linguistics**, v. 21, n.1, 2007a, p. 53-66.
- CHESTERMAN, A. Where is similarity? In: ARDUINI, S.; HODGSON, R. (Eds.). **Similarity and difference in translation**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2007b, p. 63-75.
- CHESTERMAN, A. The status of interpretive hypotheses. In: HANSEN, G., CHESTERMAN, A.; GERZYMISCH-ARBOGAST, H. (Eds.). **Efforts and models in interpreting and translation research**. Amsterdam: John Benjamins, 2008, p. 49-61.
- CHESTERMAN, A.; ARROJO, R. Forum: Shared ground in translation studies. **Target**, v. 12, n. 1, 2000, p. 151-160.
- DERRIDA, J. **Positions**. Transl. by A. Bass. Chicago: The University of Chicago Press, 1972/1981.
- DERRIDA, J. Des tours de babel. In: GRAHAM, J. F. (Ed.). **Difference in translation**. Transl. by Joseph F. Graham. Ithaca/London: Cornell University Press, 1985, p.

165-248.

FLOOR, J. R. Den senere Wittgenstein: Sprog og livsform. In: LÜBCKE, P. (Ed.). **Vor tids filosofi: Videnskab og sprog**. Copenhagen: Politikens Forlag, 1982, p. 182-200.

GOTTLIEB, H. Multidimensional translation. In: SCHJOLDAGER A. (Ed.). **Understanding translation**. Aarhus: Academica, 2008, p. 39-65.

GÖPFERICH, S. Wie man aus Eiern Marmelade macht: Von der Translationswissenschaft zur Transferwissenschaft. In: GÖPFERICH, S.; ENGBERG, J. (Eds.). **Qualität fachsprachlicher Kommunikation**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2004, p. 3-30.

GÖPFERICH, S. Translation Studies and Transfer Studies. In: GAMBIER, Y.; SHLESINGER, M.; STOLZE, R. (Eds.). **Doubts and directions in translation studies: Selected contributions from the EST Congress, Lisbon 2004**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007, p. 27-39.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing experience through meaning: A language-based approach to cognition**. London: Cassell, 1999.

HALVERSON, S. Conceptual work and the “translation” concept. **Target**, v. 11, n. 1, 1999, p. 1-31.

HALVERSON, S. Prototype effects in the “translation” category. In: CHESTERMAN, A.; GALLARDO, N.S.S.; GAMBIER, Y. (Eds.). **Translation in context: Selected contributions from the EST Congress, Granada, 1998**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000, p. 3-16.

HERMANS, T. Translation as institution. In: SNELL-HORNBY, M.; JETTMAROVA, Z.; KAINDL, K. (Eds.). **Translation as intercultural communication: Selected papers from the EST Congress, Prague 1995**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995, p. 3-20.

HERMANS, T. Translation's other. University College London, 1996. Disponível em: http://discovery.ucl.ac.uk/198/1/96_Inaugural.pdf. Acesso em 13 de ago. de 2014.

HILL-MADSEN, A. **Derivation and transformation: Strategies in lay-oriented intralingual translation**. PhD thesis. Aarhus: Department of Business Communication, 2014.

HOUSE, J. How do we know when a translation is good? In: STEINER, E.; YALLOP, C. (Eds.). **Exploring translation and multilingual text production: Beyond content**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2001, p. 127-160.

JAKOBSON, R. On linguistic aspects of translation. In: VENUTI, L. (Ed.). *The Translation Studies Reader*. London: Routledge, 1959/2012, p. 126-131.

KAISER-COOKE, M. **The Missing link: Evolution, reality and the translation paradigm**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2004.

- KOLLER, W. The concept of equivalence and the object of translation studies. **Target**, v.7, n. 1, 1995, p. 191-222.
- KORNING ZETHSEN, K. Latin-based terms: True or false friends? **Target**, v. 16, n. 1, 2004, p. 125-152.
- KORNING ZETHSEN, K. Beyond translation proper. **T T R. Traduction Terminologie Rédaction**, v, 20, n. 1, 2007, p. 281-808.
- KORNING ZETHSEN, K. Intralingual translation: An attempt at description. **Meta**, v. 54, n. 4, 2009, p. 795-812.
- MATTHEWS, P. H. **The concise Oxford dictionary of linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- MOSSOP, B. What is a translating translator doing? **Target**, v. 10, n. 2, 1998, p. 231-266.
- NEWMARK, P. **About translation**. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.
- POPPER, K. **The logic of scientific discovery**. London: Routledge, 1935/2002.
- PYM, A. European translation studies, une science qui dérange, and why equivalence needn't be a dirty word. **TTR: traduction, terminologie, rédaction** v. 8, n. 1, 1995, p. 153-176.
- PYM, A. **Exploring translation theories**. London: Routledge, 2010.
- ROBINSON, R. **Definition**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- RUBEL, P. G.; ROSMAN, A. Introduction: Translation and anthropology. In: RUBEL, P. G. ROSMAN, A. (Ed.). **Translating cultures: Perspectives on translation and anthropology**. Oxford/New York: Berg, 2003, p. 1-22.
- SCHMID, B. A duck in rabbit's clothing: Integrating intralingual translation. In: KAISER-COOKE, M. (Ed.). **Das Entenprinzip: Translation aus neuen perspektiven**. Bern: Peter Lang, 2008, p. 19-80.
- SCHMID, B. A bucket or a searchlight approach to defining translation? Fringe phenomena and their implications for the object of study. In: HERRERO, I.; KLAIMAN, T. (Eds.). **Versatility in translation studies: Selected papers of the CETRA Research Seminar in Translation Studies 2011**. KU Leuven, 2012. Disponível em: <http://www.arts.kuleuven.be/cetra/papers/files/schmid.pdf>. Acesso em: 13 de ago. de 2014.
- SCHUBERT, K. Translation studies: Broaden or deepen the perspective? In: DAM, H. V.; ENGBERG, J.; GERZYMISCH-ARBOGAST, H. (Eds.). **Knowledge systems and translation**. Berlin: Walter de Gruyter, 2005, p. 125-146.
- SNELL-HORNBY, M. **Translation studies: An integrated approach**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988/1995.

STECCONI, U. Interpretive semiotics and translation theory: The semiotic conditions to translation. **Semiotica**, v. 150, n.1, 2004, p. 471-489.

STECCONI, U. Five reasons why semiotics is good for translation studies. In: GAMBIER, Y.; SHLESINGER, M.; STOLZE, R. (Eds.). **Doubts and directions in translation studies: Selected contributions from the EST Congress, Lisbon 2004**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007, p. 15-26.

STEINER, G. The hermeneutic motion. In: VENUTI, L. (Ed.). **The translation studies reader**. London/New York: Routledge, 1975/2012, p. 156-161.

SWALES, J. M. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TOURY, G. Translation: A cultural-semiotic perspective. In: SEBEEK, T. A. (Ed.). **Encyclopedic dictionary of semiotics**, v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986, p. 1111-1124. TOURY, G. **Descriptive translation studies and beyond**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

TYMOCZKO, M. **Translation in a postcolonial context: Early Irish literature in English translation**. Manchester: St Jerome Publishing, 1999.

TYMOCZKO, M. Difference in similarity. In: ARDUINI, S.; HODGSON, R. (Eds.). **Similarity and difference in translation**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2007a, p. 27-43.

TYMOCZKO, M. **Enlarging translation, empowering translators**. Manchester: St. Jerome, 2007b.

VENUTI, L. **The translator's invisibility**. A history of translation. London: Routledge, 1995.

WARDAUGH, R. **An introduction to sociolinguistics**. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1986.

WHITE, P. P. R. Extended reality, proto-nouns and the vernacular: Distinguishing the technological from the scientific. In: MARTIN, J. R.; VEEL, R. (Eds.). **Reading science: Critical and functional perspectives on discourses of science**. New York: Routledge, 1989, p. 267-296.

WITTGENSTEIN, L. **Filosofiske undersøgelser**. Transl. by Jes Adolphsen and Lennart Nørreklit), 2nd ed. Copenhagen: Munksgaard, 1958/1994.

YALLOP, C. The construction of equivalence. In: STEINER, E.; YALLOP, C. (Eds.). **Exploring translation and multilingual text production: Beyond content**. Berlin/New York: Morton de Gruyter, 2001, p. 229-246.